

**1932: IMAGENS DE UMA REVOLUÇÃO**João Paulo RODRIGUES<sup>1</sup>

Resenha de VILLA, Marco Antônio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 208 p.

Ultrapassada a marca dos setenta e cinco anos que sucedem o confronto bélico de 1932 em São Paulo e no ponto extremo da barreira que limita o tempo das testemunhas do ocorrido, - as quais lutaram intensamente pelo *dever de lembrar a Revolução Constitucionalista*, - percebe-se que a historiografia, não alheia a este processo, tem revisitado o assunto. As reflexões atinentes a 1932, cumpre lembrar, já incluem vastíssima produção memorialística, que supera os duzentos títulos, acompanhada por uma historiografia, bem menos volumosa, porém, igualmente cindida quanto à interpretação do levante. É neste campo, marcado por candentes disputas e inter-relações entre a memória e a história, a lembrança e o esquecimento, que se insere o livro **1932: Imagens de uma Revolução**, do historiador Marco Antonio Villa.

Se, por um lado, trata-se de uma esmerada coletânea de documentos visuais de época, que visa, sem dúvida, divulgar ao público, em escala ampla, as imagens e a trajetória de um passado não muito remoto, porém, nem sempre conhecido das jovens gerações – quesito que a aproxima de produções como *Álbum de Família: 1932*, publicado em 1954 pela livraria Martins, com o propósito declarado de que os lares paulistas o mantivessem como “*um repositório de lembranças dos momentos que São Paulo viveu durante a campanha constitucionalista*” –, a obra, em ambivalência, retoma e procura reabrir as discussões que cercam o sentido histórico da beligerância em pauta. Para tanto, o período é perpassado por meio de temáticas selecionadas que incluem desde a injunção da via política implantada pelos “revolucionários” de 1930 em São Paulo, especialmente a partir dos primeiros meses de 1932, até os aspectos imbricados ao cotidiano do enfrentamento – *imprensa e propaganda, representações da guerra, literatura e música, cronologia* –, e a derrota militar dos insurrectos.

No livro de Villa, a principal fonte de investigação que sustenta a narrativa recai sobre farta gama de documentos visuais, – dada a profusão, nem sempre

---

<sup>1</sup> João Paulo Rodrigues - Doutor em História - FCL – UNESP/ Assis – SP - Brasil. E-mail: perfejp@yahoo.com.br

devidamente considerados em suas especificidades e historicidade, – que abrangem fotografias, cartazes, anúncios comerciais e cartões postais, mas, também, imagens das vestimentas, armas dos soldados e, inclusive, do dinheiro criado pelos sublevados.

Contudo, a documentação empregada não se limita ao âmbito visual. Aliado às imagens arrebatadoras, assenta-se um diversificado e, em certa medida, até então, pouco explorado conjunto documental, que assegura ao leitor a oportunidade de entrar em contato com um espaço envolvente, do qual fazem parte os relatos e impressões de intelectuais como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, dentre outros, memórias de políticos e militares da época, jornais e até o diário contendo as anotações pessoais de Getúlio Vargas a respeito do processo que gerou o entrincheiramento.

Para unir os diversos fios que compõem a trama explicativa deste rico e denso universo, antagonicamente debatido pelos contemporâneos, exigiu-se do autor a problematização relativa à conotação e à relevância do levante no âmbito do itinerário percorrido pelo Brasil republicano. Nesse quesito, Marco Antônio Villa não se eximiu de investigar as aparentes contradições entre as imagens do eloqüente envolvimento social paulista nas manifestações em favor do confronto – já sublinhadas por Jeziel De Paula em *1932: Imagens Construindo a História* (1999) – e a interpretação dita marxista sobre a beligerância, que propugnaria estar em evidência no período a dominação de classes, realizada arbitrariamente, a partir dos anseios político-reacionários da “velha oligarquia” paulista. Daí o núcleo da obra, que almeja “*introduzir um novo olhar sobre o episódio*” (p.5), fundamentando-se na assertiva de que o confronto bélico seria, de fato, uma guerra civil (p.44) e que o “*tesouro perdido de 1932 foi a defesa da democracia, de uma Constituição democrática, enfim, de um Estado democrático, isto em um ambiente marcado pelo autoritarismo*” (p.81).

O empenho por aduzir elementos que alicercem a tese proposta é contínuo de tal forma que o autor esquivava-se, ocasionalmente, dos limites estritos da política partidária como caminho explicativo – embora mantenha a cronologia factual da sucessão dos interventores como marcos mais significativos. A despeito da importância conferida pelos estudos de décadas anteriores à luta política travada “pelo alto”, ao nível da classe dominante, Villa examina, sobretudo nas imagens de época e obras de memorialistas, de que modo civis e militares anônimos pactuariam com a luta pela Constituição e a democracia, que, em última instância, seriam anseios já latentes nas manifestações sociais realizadas durante a revolução de 1930 e teriam se

fortalecido diante da não correspondência às suas expectativas ora por parte do “tenentismo”, ora de Getúlio Vargas. Do ponto de vista do autor, a mobilização popular de 1932 – primeiro item do livro – é tida, em grande medida, como um movimento natural em resposta à falha dos “revolucionários” de trinta em implantar um regime que traduzisse as aspirações democráticas e, conseqüentemente, o maior indício de que os valores supremos da pugna em apreço eram os anseios constitucional e democrático.

De outra parte, interessado em reavaliar a singularidade histórica do confronto militar, que teria sido ofuscada no curso do tempo, investiga dados que corroborariam a asserção de que a *“Revolução Constitucionalista tornou-se o maior confronto bélico da história brasileira do século XX”*, arrolando, nesse sentido, números de armamentos, adesões e traições e, ainda, a forma como os enfrentamentos afetaram a vida da população paulista, submetida a requisições militares, saques e retiradas. A magnitude da beligerância também seria mensurável a partir do valor conferido a ela pela intelectualidade modernista de São Paulo, o que resultara na produção cultural e artística posta a serviço da luta, seja na literatura, na música ou na imprensa em geral.

Não obstante, talvez, neste ponto encontrem-se, também, os limites da abordagem proposta. Se o afastamento da “trilha hagiográfica” de interpretação do levante e a contestação à perspectiva dita marxista contribuem para o intento de reavaliar a *Revolução Constitucionalista*, a proposição, baseada essencialmente em imagens e relatos de memorialistas, de que o confronto seria um acontecimento militar de proporções grandiloqüentes, equiparado por Villa algumas vezes a uma revolução, outrora tido como uma guerra civil e, ainda, referido como um movimento, dificilmente se sustenta.

Afinal, da mesma forma que seria arriscado concluir que na disputa estaria em andamento uma inexpressiva quartelada elitista, também se torna perigoso equiparar 1932 a uma revolução. O fato de o confronto constituir-se no maior movimento armado do Brasil no século XX não implica, ao que parece, na vigência efetiva de uma revolução, provida de uma plataforma que modificasse radicalmente a textura social da época, como lembra Hanna Arendt (1971) ao delimitar o alcance do conceito. Na mesma perspectiva, o termo *guerra civil* é, em proporção semelhante, pouco eficiente para definir o levante de 1932, dada a fragilidade militar dos insurrectos e mesmo porque o general Bertholdo Klinger (1953), comandante supremo da pugna em São Paulo, admite que a luta com táticas militares relativamente mais bem orquestradas

limitou-se à região do Vale do Paraíba, pois “*nas demais fronteiras tudo ficou precaríssimo, como estava nos tempos de paz*” (p.283).

Por outro lado, a hipótese aludida de que o entrincheiramento seria motivado predominantemente pelos anseios constitucional e democrático não encontra elementos que a sustentem suficientemente na obra. Se, pode ser verossímil, como propõe o autor, que a mobilização social não se desenlaça, de modo exclusivo, em função dos ideais da burguesia, parece ser igualmente pouco provável que a implantação do Estado democrático e constitucional por si só fosse capaz de arregimentar adeptos à luta; afinal, qual a conotação e o teor apelativo de “Constituição” e “democracia”, tais como vivenciados até o início dos anos de 1930? De que modo as *imagens da revolução* expressariam anseios democráticos, se o referencial conhecido e tido como hábito pela população contemporânea, no que concerne à Constituição, a equiparava a um regime de corrupção e fraudes?

Além disso, há de se indagar a respeito do conceito de democracia em relação à nação, nutrido pelos diferentes segmentos da população paulista no início da década de 1930, caso almeje-se equipará-la ao legado do levante. Cumpre lembrar que para grupos representativos da elite de São Paulo, como o aglutinado no periódico *O Estado de S. Paulo* e na Liga de Defesa Paulista, viver em um regime democrático equivaleria a impor a “hegemonia ilustrada” do estado ao restante da federação. Estes e outros grupos, que defendem pensamentos semelhantes, não só ocuparam os cargos de maior relevância na sublevação, como informa a bibliografia especializada, como também assumiram o comando de São Paulo quando Getúlio Vargas concedeu a interventoria paulista a Armando de Salles Oliveira, proprietário de *O Estado de S. Paulo*, em 1934.

De todo modo, as ligeiras ressalvas supracitadas, instigadas pela obra em apreço, não invalidam o mérito de **1932: Imagens de uma Revolução** como trilha para refletir sobre o levante paulista e menos ainda a necessidade desta prazerosa leitura.

Ao partir de fontes alternativas o autor nos ajuda a pensar outros mecanismos explicativos para o processo, que não exclusivamente os da via político-partidária, controversamente analisados em décadas anteriores. Por fim, como assevera Villa, “*debater a Revolução Constitucionalista é uma necessidade histórica e política*” (p.38), que se mantém candente e aberta a novos interlocutores hodiernos.

Recebido para publicação em abril de 2009.

Aprovado para publicação em maio de 2009.